View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk
brought to you by CORE
provided by SEDICI - Repositorio de la UNLP

XXXIV Encuentro Arquisur.
XIX Congreso: “CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre”

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre.
Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Investigación
Área 4 – CIUDAD, TERRITORIO Y PAISAJE. GESTIÓN

“CRESCIMENTO DESENFREADO”, CENTRO ESVAZIADO. A IMPORTÂNCIA DE OCUPAR OS CENTROS HISTÓRICOS: O CASO DE SALVADOR

MARIA EMÍLIA RODRIGUES REGINA

Arquiteta e urbanista, Mestranda em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela Universidade Federal da Bahia. Salvador (BA), Brasil - (+5571) 87416571
arqmilaregina@gmail.com.

RESUMO Este artigo discute a importância de ocupar os centros históricos tradicionais para a qualidade de vida das cidades brasileiras, em especial o centro histórico de Salvador. O trabalho se desenvolve a partir das ações governamentais implementadas na cidade de Salvador com base no Estatuto da Cidade visando à reocupação do centro. O final do século XX é marcado pelo crescimento desenfreado das cidades latino-americanas (D’arc, 2012) e do modelo de crescimento centro-periferia, que acarretou em um processo de esvaziamento dos centros nas grandes capitais brasileiras, e que ainda não foi revertido, nem mesmo reprimido (e.g. Salvador). O crescimento e a expansão horizontal das cidades brasileiras geraram o que Secchi (2009) denominou de cidades desfocadas e rarefeitas. Esse processo de urbanização horizontal gerou periferias pobres e subequipadas deslocando as centralidades de seus sítios previamente implantados para novos espaços aumentando a ocupação horizontal (Mourad, 2012). Os resultados desse processo têm sido a degradação dos centros tradicionais. O centro precisa fazer parte do desenvolvimento urbano das cidades e cumprir o seu papel de função social preconizado pelo estatuto da cidade contemplando todos os grupos sociais envolvidos. É crucial, para o retorno ao centro histórico tradicional, a recuperação de uma dinâmica social e urbana.

Palavras-chave: CENTROS HISTÓRICOS; SALVADOR; EXPANSÃO HORIZONTAL

INTRODUÇÃO A partir da implementação do estatuto da cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade, s/d), que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal, começaram a surgir também programas governamentais com objetivo e enfoque na necessária reocupação dos centros históricos das cidades brasileiras, lançando diversos programas destinados a alcançar este fim, dentre os quais estão propostas de planejamento urbano e gestão para as áreas centrais do Brasil.
A partir da leitura de Bernardo Secchi, a cidade do século 20, percebemos que muitas cidades brasileiras encontram similaridades com a sua abordagem sobre as cidades desse período: desfocadas, evanescentes e rarefeitas. Cada vez mais se observa o aparecimento de modelos de urbanização que estão contribuindo para o contínuo aumento do território e uma significativa perda de dinâmica pública entre os moradores, ratificando o que já no

começo do século 20 Secchi chamou de Hedonismo[1] democrático. Contudo, se considerarmos que a cidade deva se expandir constantemente, o que acontece com as áreas antigas da cidade? Será apenas um lugar estagnado dedicado ao turismo, ao centro administrativo ou a centros culturais sem relação efetiva com a dinâmica social e urbana das cidades? Ter apenas essas atividades atuando nos centros antigos é o bastante para esses lugares se manterem vivos e ativos? É correto isolar os Centros Históricos do desenvolvimento urbano das cidades com objetivo de preservar suas características arquitetônicas?

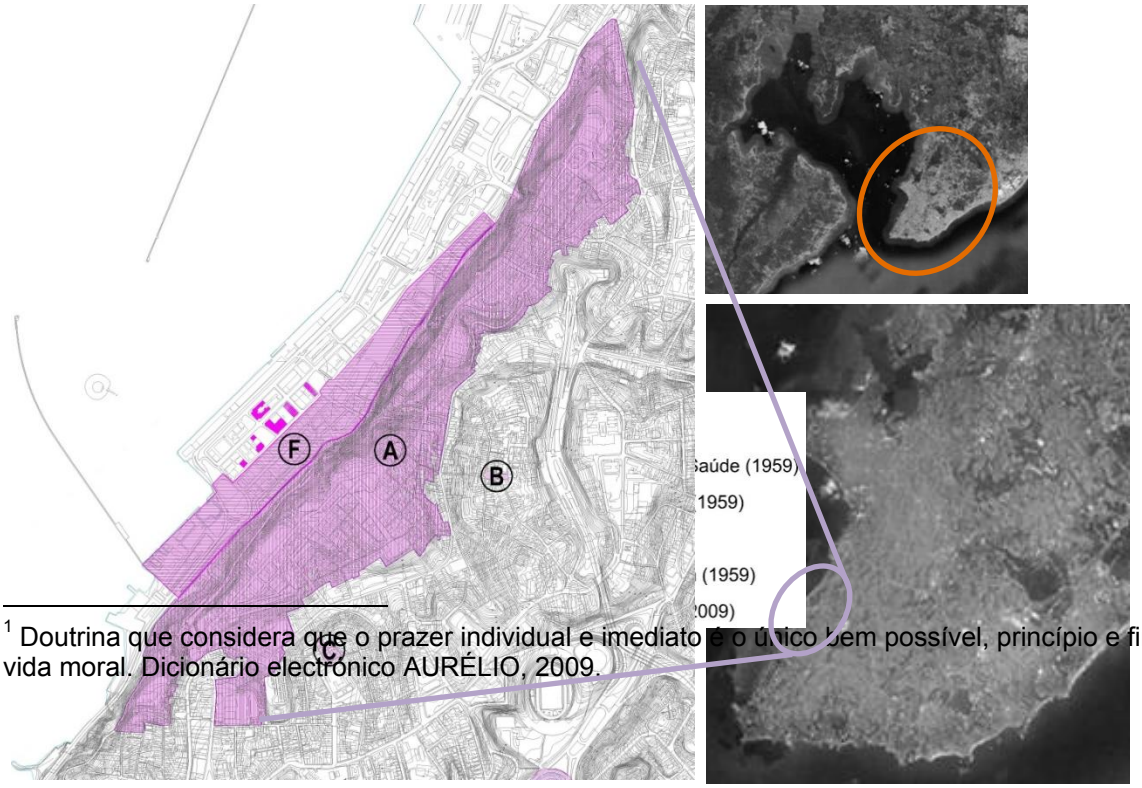
Essas questões são razoavelmente sustentadas pelo documento da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades que trata da reabilitação de centros urbanos, e.g.:

> Reverter o processo de expansão urbana através do constante alargamento de suas fronteiras periféricas e ao mesmo tempo **repovoar e dinamizar áreas centrais já consolidadas**: isto contribui com o arrefecimento da segregação social e espacial e melhora as possibilidades de integração de diversas classes de renda à economia e à vida urbana. Esta é a política de reabilitação urbana. (Brasil, 2005) (grifo nosso).

De modo a nos aproximarmos de respostas adequadas às questões supracitadas, consideraremos o centro antigo da cidade de Salvador, que se encontra subutilizado e degradado (Figura 01 e 02) tendo como função primordial turismo e lazer.

Atualmente, o centro de Salvador apresenta-se subutilizado e com sinais de que não dá conta de se integrar novamente às dinâmicas urbanas da cidade de Salvador como um todo, assim como, manter seu conjunto arquitetônico preservado apesar das tentativas de recuperação de uma dinâmica que fosse capaz de lhe trazer uma autonomia de preservação durante a década de 1990.

Na Figura 01, podemos ver a delimitação do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico da Cidade de Salvador de 1959, ampliado em 1984, área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico de Salvador foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1984. Em 5 de dezembro de 1985, área tombada pelo IPHAN, foi ratificada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.



[1] Doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral. Dicionário electrónico AURÉLIO, 2009.

Figura 01. Delimitação do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador 1959 ampliado em 1984; Localização de Salvador em relação á baía de Todos os Santos e o Centro Histórico da cidade. Fonte: Freire (s/d); Google Earth, 2014.

A Figura 02 mostra alguns exemplos de degradação de edifícios no centro antigo de Salvador nas proximidades de bens tombados, ratificando o abandono da área central pela população de Salvador. Na fotografia da esquerda, observamos que, junto ao Elevador Lacerda, existem edificações com escoras, em estado de ruína e abandono. O mesmo ocorre em edificações próximas da Basílica da Conceição da Praia[2], como mostrado na fotografia da direita e como encontrado em outros locais do centro histórico.

Figura 02. Exemplos de degradação de edifícios no centro antigo de Salvador.
Fonte: Autora, 2014.

"CRESCIMENTO DESENFREADO" CENTRO ESVAZIADO Para entendermos como esse cenário se instalou no centro histórico de Salvador, remontaremos as últimas décadas do século XX, lá está contido o início do processo, que de certa maneira, condicionou a situação urbana atual em que se encontra o centro histórico e a cidade de Salvador.

As décadas de 1970 e de 1990 foram marcadas pelo crescimento desenfreado das cidades latino americanas (D'arc, 2012). O crescimento e a expansão horizontal gerou o que Secchi (2009) denominou de cidades desfocadas e rarefeitas. Alguns autores classificaram esse fenômeno como fragmentação urbana ou segregação. O modelo de crescimento centro-preferia perdurou durante anos nas cidades brasileiras. Esse modelo, que ainda perdura nas cidades brasileiras, e na cidade de Salvador, haja visto as construções na Avenida Paralela (importante Avenida que fica na porção norte da cidade, eixo de expansão na década de 70 e novamente, na atualidade, como vetor de expansão imobiliária da classes média e alta) e

[2] Um dos principais monumentos da Cidade Baixa.

os empreendimentos de empresas imobiliárias como a Alphaville[3], gerou um processo de esvaziamento nos centros históricos tradicionais das cidades.
Entretanto, o processo de esvaziamento dessas áreas ainda não foi revertido, nem mesmo reprimido, nas grandes capitais do Brasil, por isso a importância de uma política de reabilitação urbana consciente para as áreas centrais das cidades brasileiras, assim como para Salvador.
De acordo com Cavalcanti (2010), quando tratou do Programa de reabilitação de áreas urbanas centrais da secretaria nacional de programas urbanos, o crescimento urbano brasileiro no século XX é vertiginoso, conforme mostra a Tabela 01:

Ano	Crescimento urbano %	Crescimento rural %
1960	44,7%	55,3%
1970	55,9%	44,1%
2000	**81,2%**	**18,8%**

Tabela 01 Crescimento urbano brasileiro no século XX.
Fonte: Cavalcanti (2010).

Esse crescimento indica o quanto as cidades brasileiras precisarão de serviços e de planejamento para que se possa desenvolver a vida humana nelas com dignidade, saúde, transporte, oportunidades e lazer. Ademais, faz-se necessário o cuidado com o patrimônio das cidades. Ainda segundo a secretaria nacional de programas urbanos, pela primeira vez na História, o mundo terá mais gente vivendo nas cidades do que no campo.
Hélène Rivière D'arc (2012) argumenta que em algumas das grandes cidades latino-americanas se observa uma perda de habitantes em números absolutos, incluindo seus perímetros administrativos, apontando para uma desaceleração em relação ao crescimento populacional comentado anteriormente. A autora complementa que

> Tornou-se consensual que o modelo centro-periferia, que resumia a urbanização desse período, deu origem àquilo que certos especialistas das ciências sociais chamam de fragmentação urbana, enquanto outros preferem observar fenômenos de segregação. (D'arc, 2012, p. 9)

Ainda de acordo com D'arc (2012), sobre esse modelo latino americano, esses processos também são definidos pela abordagem funcionalista / estruturalista. No caso do Brasil, observamos o zoneamento funcional, que indica o deslocamento dos centros econômicos e a necessidade de multicentralidades.
Esse processo de urbanização horizontal gera periferias pobres e subequipadas, ao passo que define eixos de expansão das classes média e alta, deslocando as centralidades de seus sítios previamente implantados para novos espaços e aumentando a ocupação horizontal e a expansão urbana (Mourad, 2012). As cidades cresceram em ritmo acelerado, de maneira desordenada e não conseguiu atender as necessidades dos moradores nas cidades como as questões de moradia, transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário e a circulação de pessoas e de veículos, penalizando e excluindo os menos favorecidos. Os resultados desse processo urbano têm sido o abandono e a degradação dos centros tradicionais.
Esse modelo de urbanização tem apresentado efeitos nocivos que podem ser observados, tanto na grande quantidade de recursos necessários para equipar continuamente as áreas distantes, como na subutilização de áreas já dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos, como é o caso dos centros e da necessidade de investimento na conservação do patrimônio histórico. Por outro lado, as áreas centrais históricas e consolidadas da cidade,

[3] Empresa privada nacional especializada em empreendimentos horizontais, bairros planejados e núcleos urbanos, com mais de 40 anos de atuação no país.

que possuem infraestrutura urbana, sofrem com o processo de esvaziamento de atividades e de evasão populacional, perdendo dinâmica social e padecendo de mazelas urbanas como a violência e o uso de drogas.

No caso específico de Salvador, há outros motivos para o processo de esvaziamento do centro da capital baiana. Nos anos de 1970, a saída da administração estadual para o centro administrativo da Bahia (CAB) e o surgimento de um novo centro comercial para Salvador, O Iguatemi, esvaziaram significativamente a área central, evidenciando a decadência da dinâmica urbana, de circulação, de vida e de atrativos para o local, como afirma Sant'anna (2007):

> (...) processos equivocados de planejamento da expansão urbana drenaram desta parte da cidade, a partir dos anos 60, importantes funções direcionais, administrativas e comerciais, o que causou o esvaziamento e a deterioração de sua qualidade urbana (SANT'ANNA, 2007).

Vale a pena salientar que a partir dos anos 60 se desenvolve uma discussão internacional de como se preservar as cidades históricas. Em um sentido geral, muitos centros históricos foram entendidos como monumentos e como tal deveriam ser preservados na íntegra, chegando ao ponto de autores como Brandi, um dos principais teóricos da ciência da restauração, afirmar que a arquitetura moderna não poderia se adequar dentro dos centros tradicionais (Pane, 1959:6). Tal posicionamento levou ao entendimento que a cidade moderna deveria se desenvolver fora do núcleo histórico que permaneceria com suas caraterísticas preservadas. Eis um problema: de quem é a responsabilidade pela gestão desses núcleos? Inicia-se a partida de tênis de mesa. Percebemos que a municipalidade e o governo Estadual veem a responsabilidade da gestão dos núcleos históricos como de atribuição do IPHAN e este atribui tal responsabilidade ao governo.

Roberto Pane, outro importante teórico da ciência da restauração, posiciona-se de forma contrária ao entendimento de Brandi: "(...) se o novo e o antigo não podem coexistir, significa dizer simplesmente que entre nós e o passado foi produzido uma instransponível fratura" (Pane, 1959: 4). Para ele, tal fratura é ignorar a realidade da estratificação histórica dentro das cidades, mesmo as tombadas e preservadas.

Então, aqui se coloca uma questão problema para a cidade: temos de um lado um centro histórico esvaziado que precisa de uso e dinâmica urbana para poder manter seu patrimônio de pé e, do outro, uma necessidade de crescimento de demanda habitacional; por que não ocupar o centro com essa demanda? É oportuno, portanto, conciliar as demandas atuais da sociedade soteropolitana, de modo a voltar a ocupar essa área da cidade que está subutilizada, mas que é uma área valorizada culturalmente e tem infraestrutura pronta como água, esgoto e transporte. Em outras palavras, torna-se necessário colocar o centro histórico como parte integrante e viva dentro das tendências de uso e ocupação do solo para o desenvolvimento das cidades. Esse tipo de ação visa também a recuperação e manutenção do patrimônio histórico.

REFLEXÕES SOBRE A REOCUPAÇÃO O centro histórico de Salvador através das três esferas governamentais está permeado atualmente de alguns programas para reabilitação, intervenção e recuperação que pretendem estruturar uma dinâmica social e urbana que seja capaz de lhe trazer autonomia de uso, solvência e preservação.

Contudo, o que ainda se vê, apesar desses movimentos, é que o centro continua com seus problemas de sempre: imóveis vazios, violência, tráfego de drogas, falta de solvência, população carente. O patrimônio está em um estado de abandono (e.g. Figura 02), apenas não registrado para os grandes monumentos. Entretanto, no que tange às construções civis, há muita edificação escorada e abandonada, mostrando o valor que o patrimônio tem para a cidade na atualidade.

Em uma análise introdutória sobre a intervenção urbana, Hélène Rivière D'arc assume a importância do retorno à cidade sob algumas perspectivas.

> O “retorno à cidade” não apenas como um remédio para os seus males, mas também como uma tendência estrutural que combina o econômico e o cultural, enquanto o social dependeria, ao mesmo tempo, de um horizonte utópico e de uma vontade política. (d’arc, 2012, p.10)

Hoje em dia, o Brasil enfrenta uma demanda habitacional de 7,2 milhões de moradias, sabendo que nos centros das cidades existem 4,5 milhões de moradias ociosas (BRASIL, 2005). Com base nessa realidade, o Governo Federal através do Ministério das Cidades cria em 2003 o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC). O “retorno à cidade” passa então a ser apoiado por programas governamentais.
Os objetivos gerais do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais são: Conter do processo de periferização e ampliar o acesso à habitação no mercado formal. (Cavalcanti, 2010).
Na Tabela 02, podemos observar o número de domicílios em alguns Municípios Brasileiros (i.e. capitais) com maiores números de Domicílios Ociosos (Vagos + Fechados). Ao focarmos em Salvador, observamos que a capital baiana encontra-se em terceiro lugar no Ranking nacional, fato que evidencia a importância de se ocupar o centro histórico tradicional.

Município	Total de domicílios recenseados	Total de Vagos + Fechados	%
São Paulo (SP)	3.554.820	515.030	14,4
Rio de Janeiro (RJ)	2.129.131	266.074	12,5
Salvador (BA)	**768.010**	**98.326**	**12,8**
Belo Horizonte (MG)	735.280	91.983	13,3
Fortaleza (CE)	617.881	81.930	13,2
Brasília (DF)	631.191	72.404	11,4
Curitiba (PR)	542.310	58.880	10,8
Manaus (AM)	386.511	51.988	13,4

Tabela 02: Municípios Brasileiros (capitais) com maior número de Domicílios Ociosos (Vagos + Fechados).
Fonte: Modificado de Cavalcanti (2010).

De acordo com Mourad (2012), para tornar viável a implementação da política de reabilitação de áreas urbanas centrais, em 2005, o Ministério das Cidades construiu, junto às três esferas de governo, uma Agenda Estratégica para iniciar a implantação do PRAUC no horizonte apontado pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto das Cidades.
Nessa direção, em outubro de 2007, o governo de Estado da Bahia criou o Decreto 10.478/07 que determina:

> Art. 1º - Fica instituído o Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador, que abrange o Centro Histórico de Salvador e a Área de Preservação Rigorosa contemplada na Lei Municipal nº 2.403, de 23 de agosto de 1972, com a redação dada pela Lei nº 3.289, de 21 de setembro de 1983, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado. (Bahia, 2007).

As atribuições do novo conselho gestor do Centro Antigo de Salvador (CGCAS) são na íntegra: *I - aprovar planos estratégicos e estabelecer diretrizes de ação para o Centro Antigo de Salvador; II - acompanhar e avaliar os trabalhos do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador*. As atribuições do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS) são :

> I - Elaborar e implantar o Plano Estratégico de Gestão, de curto, médio e longo prazo;
>
> II- Preparar a estrutura definitiva de governança do Centro Antigo de Salvador - CAS;
>
> III- Gerir as atividades de reforma, recuperação e manutenção física do CAS;

> IV- Atuar na captação de recursos necessários à implementação das atividades, planos e projetos referentes ao CAS;
>
> V- Atender e encaminhar as demandas locais;
>
> VI- Avaliar os planos e projetos em desenvolvimento no CAS;
>
> VII- Promover a conciliação das atividades de todas as instâncias de governo;
>
> VIII- Estabelecer parcerias com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, relativas às atribuições previstas neste Decreto;
>
> IX- Implementar as decisões emanadas do Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador;
>
> X- Apresentar relatórios quadrimestrais acerca da situação e avaliação dos planos e projetos em desenvolvimento (Bahia, 2007, art. 6º).

O plano de gestão parece estar elaborado com eficiência, mas o que se percebe nos itens descritos acima é um escritório se preparando para a gestão de planos estratégicos e ações para um centro histórico de negócios, não há menção explicita para proteção à situação de vulnerabilidade da população existente no local, nem a estruturação de uma possibilidade de permanência dessa população, o que deveria ser uma atribuição explícita de tal escritório.

Com a implementação do CGCAS, a delimitação da abrangência do escritório de referência não se restringe apenas aos limites do território do centro histórico tombado, ela se amplia, trabalhando o centro com os bairros contíguos a esse, delimitando assim o Centro antigo de Salvador (CAS). Essa ampliação corrobora o entendimento que o centro histórico não pode ser mais visto como uma ilha, como um elemento não pertencente à cidade.

Segundo Felix (s/d), apesar da criação do órgão gestor com base no estatuto da cidade, onde os planos devem ser desenvolvidos com a participação popular, não foram criados até o momento os fóruns de discussão nem os conselhos para elaboração e acompanhamento de sua implementação. Assim como Felix (s/d), Mourad (2012) indica a falta de participação púbica nas decisões dos planos para o centro antigo de Salvador.

Em 2009, foi criado pelo Governo Federal o PAC das cidades históricas, e o plano de reabilitação do centro antigo de Salvador foi incluído nesse programa. O programa tem como objetivo:

> É uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar (...) cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos. (Brasil, 2009).

De acordo com D'arc (2012), era esse o objetivo da UNESCO na década de 70, a difusão de um pensamento que aliasse a reabilitação de monumentos históricos em um contexto de reflexão de alcance universal, social, econômico e cultural, sobre o papel do patrimônio.

De forma resumida, organizamos a Tabela 03 que apresenta as aplicações do Governo nas esferas Nacional e Estadual, indicado as ações que foram criadas ao longo deste século, para poder incentivar o uso e a reocupação dos centros das cidades brasileiras, e no caso em tela, o centro da cidade do Salvador.

Ano	Orgão	Esfera	Ação
2003	Governo Federal	nacional	Ministério das Cidades
2003	Ministério das Cidades	nacional	Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC).
2005	Ministério das	nacional	Agenda Estratégica para iniciar a

	Cidades		implantação do PRAUC
2007	Governo do estado	Estadual	O Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador – CGCAS/ Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador
2008	UNESCO/ Governo do Estado	Estadual	Convênio de Cooperação Técnica Internacional
2009	Governo federal	Nacional	PAC das cidades históricas
2013	CONDER	Estadual	Diretoria do Centro Antigo de Salvador (Dircas),

Tabela 03: Resumo e sequência das ações desenvolvidas pelas duas esferas de governo apresentadas nesse texto.
Fonte: Autora (2014).

No processo de reocupação dos centros antigos, a questão a se evitar é colocar o centro em processo de gentrificação[4], ou seja, implementar no centro antigo ações urbanas que acabem com os moradores residentes locais e que haja uma substituição de moradores com poder aquisitivo mais alto.

A questão da moradia é uma questão essencial para que os centros continuem vivos nos três turnos: manhã, tarde e noite. Porém, como manter essa população pobre existente e utilizar os estoques de moradia, trazendo novos moradores que vão conviver com as dinâmicas do turismo no local e dar solvência ao centro histórico para que ele se desenvolva e se mantenha sem aporte extra de dinheiro Estatal?

Os programas anteriormente mencionados têm como premissa responder a questão supracitada: dotar tais centros de dinâmica urbana e social. Basta saber se, como disse D'arc (2012), o poder público irá de fato conseguir executar essa tarefa, pelo menos, percebemos pelos programas e planos propostos que existe a vontade política de reocupar os centros. Entretanto, as ações têm que ser implementadas para que os programas de fato exerçam seu papel de reocupação do centro com dinâmica social sem a exclusão da população residente atual, pois se isso não acontecer terá sido apenas o que Fernandes (2006) coloca referindo-se ao antigo plano de intervenção no Pelourinho da década de 1990:

> Constata-se o amplamente já conhecido: a simples existência do instrumento não garante nem a sua utilização e nem a sua efetividade, no sentido de garantir os processos que foram pensados na sua concepção (Fernandes, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS A ideia de que as novas atividades deveriam ser desenvolvidas fora do centro histórico, pois as atividades da vida contemporânea não se adequavam ao território construído histórico, parece ter ganhado contornos pelos centros das capitais brasileiras. Talvez a teoria da inconciabilidade tenha sido usada, mesmo que os agentes não soubessem do que se tratava essa teoria e nem soubessem que ela existia. Não obstante, a teoria serviu para legitimar a expansão da cidade de Salvador do centro histórico para a região do Iguatemi e o CAB.

É crucial para a recuperação e conservação do centro histórico, a recuperação de uma dinâmica social e urbana que contemple todos os grupos sociais envolvidos na cidade para que esta área seja dotada de elementos urbanos que garantam o seu desenvolvimento econômico ao longo dos anos, trazendo como consequência a conservação material e espacial.

Como visto anteriormente, as áreas históricas centrais não podem ser vistas como um local engessado, museificado, entregue primordialmente ao turismo e ao lazer, não fazendo parte da vida cotidiana das pessoas e da dinâmica espacial da cidade contemporânea. Pois se assim for, o patrimônio não será capaz de se manter com solvência, os planos de

[4] Processo de expulsão de moradores locais em substituição à outros de poder aquisitivo mais alto.

recuperação patrimonial estarão fadados a não terem êxito e a cidade precisará se expandir horizontalmente para dar conta das demandas contemporâneas.

O centro histórico precisa fazer parte do território de uso e desenvolvimento da cidade e cumprir seu papel de função social como preconiza o estatuto da cidade. Promover a melhoria da urbanidade para habitantes e usuários, estimular a diversidade de ocupação e de usos, assim como a complementaridade de funções, incentivar, educar e promover a recuperação do patrimônio histórico e o repovoamento da área central sem a expulsão daqueles que caracterizam e dão identidade ao lugar. É uma parte do caminho para se intervir no centro antigo de Salvador, e possivelmente nos demais centros brasileiros.

Para finalizar, entendemos que, a partir dos novos conflitos que se apresentam na sociedade contemporânea brasileira (i.e. a quase ocupação total da população nas cidades e o axioma do séc. XXI: a problemática ambiental), podemos assumir outro entendimento de nossas cidades e de um modo de vida, no qual o centro possa fazer parte dessa dinâmica plenamente. Quando de fato isso for conseguido, o patrimônio terá valor de uso e de documento, dando para ele sobrevida e significado além do valor simbólico.

AGRADECIMENTOS Pesquisa parcialmente apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), T.O. BOL 2061 /2014.

REFERÊNCIAS

Bahia. Governo do Estado da Bahia (2007). *Decreto nº 10.478 de 02 de outubro de 2007*. Salvador: Governo do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.centroantigo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/04/DECRETO-NUMERADO-N%C2%BA-10.478-DE-02-DE-OUTUBRO-DE-2007.pdf.

Brasil. Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009). *Patrimônio, desenvolvimento e cidadania*. Ouro preto: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1251.

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos (2005). *Reabilitação de Centros Urbanos*/Coord. Raquel Rolnik e Renato Balbim – Brasília: Ministério das Cidades.

Cavalcanti, C. B. (2010). *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100705oficinamobilidadeiphan.pdf.

D'arc, H. R. (2012). Introdução. In: D'arc, H. R. e Memoli, M. (Orgs.). *Intervenções Urbanas na América Latina: viver no centro das cidades*. São Paulo: Editora SENAC.

Felix, Ubiratan (s/d). *Habitação de interesse social: Uma nova centralidade para o centro antigo de Salvador*. Salvador. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/Habitacao_Interesse_Social_salvador.pdf

Fernandes, A. (2006). *Projeto Pelourinho: operação deportação X ampliação do direito.* Salvador, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUFBA LABHAB Lincoln Institute of Land Policy. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Apresentacao_Ana_Fernandes.pdf.

Freire, R. (s/d). Desenhos de trabalhos acadêmicos. Salvador. http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST252.pdf

Meneguello, C. (2000). *A preservação do patrimônio e o tecido urbano, Parte 1: A reinterpretação do passado histórico (1).* ARQUITEXTOS 003.05, 2000. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992.

Mourad, L. N. e Rebouças, T. M. (2012). *Elegia aos vacantes. Considerações acerca do Plano de reabilitação do centro antigo de Salvador*. Salvador, PPGAU. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST252.pdf.

Pane, R. (1959). *Città antiche, edilizia nuova*. Napoli: ESI.
Sant'anna, M. (2007). *Fala de Márcia Sant'Anna, Diretora de Patrimônio Imaterial do Iphan, na Inauguração de imóvel restaurado da 7ª etapa do CHS*. Disponível em: http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/chs.pdf.
Secchi, B. (2009). *A cidade do século vinte*. São Paulo: Perspectiva.